

Análise Espacial do Desenvolvimento e das Desigualdades no Território Sudoeste Baiano¹

Allisianne Krystina Saraiva de Figueiredo²

Mônica de Moura Pires³

Andréa da Silva Gomes⁴

Fernando Rubiera Morollón⁵

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.44.69-104>

Recebido em: 20/8/2016

Aceito em: 8/6/2017

Resumo

Este estudo objetiva analisar o desenvolvimento do Território do Sudoeste Baiano (TSB) sob a perspectiva multidimensional, identificando as disparidades e semelhanças entre os municípios que o compõem. Parte-se, inicialmente, de uma revisão de literatura baseada em teorias de economia regional, mais especificamente sobre o desenvolvimento desigual entre as regiões. A utilização da técnica de Análise Fatorial permitiu reduzir o conjunto de variáveis, facilitando a análise dos indicadores sociais, econômicos, demográficos, político-institucionais, ambientais e culturais observados neste estudo. A partir dos escores fatoriais, realizou-se a análise de agrupamento considerando as similaridades entre os municípios com as dimensões analisadas. Verificou-se uma grande concentração do crescimento econômico e do desenvolvimento no município de Vitória da Conquista, principal centro-urbano do Território. Em todas

¹ Artigo baseado na dissertação intitulada “Desenvolvimento, Polarização e Desigualdade: uma análise multidimensional do Território do Sudoeste Baiano”, da primeira autora.

² Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz. aksfigueiredo@uesb.edu.br

³ Doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). mpires@uesc.br.

⁴ Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Institut National Agronomique Paris-Grignon (INA-PG), França. Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus-BA. andreauesc@gmail.com

⁵ Doutor em Economia pela Universidad de Oviedo, Espanha. Professor da Universidad de Oviedo, Espanha. f.rubiera.morollon@gmail.com

as dimensões analisadas, os municípios apresentaram uma dinâmica econômica pouco expressiva associada ao baixo desempenho em indicadores sociais, resultando em um desenvolvimento desigual e heterogêneo. A análise fatorial revelou o crescimento econômico e a infraestrutura como os fatores determinantes do desenvolvimento e das desigualdades no TSB, e também possibilitou hierarquizar os municípios em ordem de melhor para a pior condição. A análise de agrupamento apontou três grupos distintos quanto ao desenvolvimento, confirmando o cenário de heterogeneidade existente no TSB, em que Vitória da Conquista apresenta desempenho bastante diferente dos demais municípios. Constatou-se polarização e concentração do crescimento econômico resultante da pouca atratividade econômica da maioria dos municípios que compõem o Território. Essas análises podem subsidiar políticas de gestão e planejamento territorial para reduzir as disparidades nesse Território.

Palavras-chave: Análise fatorial. Agrupamento. Indicadores. Bahia.

SPATIAL DEVELOPMENT ANALYSIS AND THE INEQUALITIES IN SOUTHWEST TERRITORY BAIANO

Abstract:

This study aims to analyze the development of the Southwest Territory of Bahia (TSB) from a multi-dimensional perspective, identifying the disparities and similarities between the municipalities that compose it. It starts from a literature review based on theories of regional economics, more specifically on the uneven development between regions. The use of the Factor Analysis technique allowed to reduce the set of variables facilitating the analysis of the social, economic, demographic, political-institutional, environmental and cultural indicators observed in this study. From the factorial scores, the cluster analysis was performed considering the similarities between the municipalities with the dimensions analyzed. There was a great concentration of economic growth and development in the city of Vitória da Conquista, the main urban-center of the Territory. In all the analyzed dimensions, the municipalities presented a little expressive economic dynamics associated to the low performance in social indicators, resulting in an uneven and heterogeneous development. Factor analysis revealed economic growth and infrastructure as the determinants of development and inequality in TSB, and also made it possible to rank municipalities in order of better for the worse condition. The clustering analysis pointed out three distinct development groups, confirming the scenario of heterogeneity existing in the TSB, in which Vitória da Conquista performs quite differently from the other municipalities. It was observed polarization and concentration of the economic growth resulting from the little economic attractiveness of the majority of the municipalities that compose the Territory. These analyzes can support territorial management and planning policies to reduce disparities in this Territory.

Keywords: Factor analysis. Cluster. Indicators. Bahia.

O desenvolvimento de um determinado país ou região revela-se um processo complexo, de caráter polissêmico e multidimensional. Em razão dessa complexidade, são necessários para sua análise adotar parâmetros que ultrapassem o âmbito da atividade econômica e da renda. Assim, são ampliadas as discussões acerca das distinções entre crescimento econômico e desenvolvimento dos países. Durante muito tempo a mensuração do crescimento de um determinado país baseava-se na variável renda, neste caso o produto interno bruto total e *per capita*. Esse modelo de análise do crescimento, todavia, é insuficiente para compreender o desenvolvimento regional, sendo necessária, nessa análise e discussão, a inserção de variáveis de caráter multidimensional.

A análise multidimensional, que ultrapassa a ótica da renda, é o ponto em comum entre diversas teorias do desenvolvimento (SEN, 2000; PERROUX, 1981, 1967; MYRDAL, 1965, HIRSCHMAN, 1962; MARSHALL, [1890] 1982). Estes autores tratam da industrialização como motor de desenvolvimento; da intervenção e planejamento do Estado; da importância de se considerar as especificidades e a participação dos atores locais; consideram os fatores de aglomeração e as vantagens decorrentes da concentração de unidades produtivas em um único lugar; a maximização e irradiação dos efeitos positivos e a minimização dos efeitos negativos; e, principalmente, que as forças de mercado por si só não garantem crescimento econômico e desenvolvimento.

Na visão de Perroux (1981), o desenvolvimento é um processo “meio e fim”, e se configura como a ação de desenvolver algo e também o que resulta deste processo, que tem como características básicas a mudança e a evolução. O autor considera, ainda, a influência de aspectos culturais e abstratos no desenvolvimento, de forma que a economia se desenvolve em determinado meio cultural pautada em usos, costumes e reflexos sociais de um grupo. Num processo dialético, os indivíduos – baseados em seus valores e objetivos – participam das ações que dizem respeito ao desenvolvimento econômico e social, de forma individual e conjunta.

Em uma perspectiva mais atual, amplia-se a análise qualitativa do desenvolvimento quando considera que “deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda” (SEN, 2000, p. 28). Dessa forma, o alcance do desenvolvimento passa pela garantia e sustentação da condição de liberdade aos indivíduos enquanto agentes transformadores, propiciando acesso a oportunidades econômicas, liberdades políticas, direitos sociais, além da boa saúde e da educação básica.

Apesar de todos os esforços ao longo das últimas décadas em se compreender e propor modelos e ações de enfrentamento ao desenvolvimento desigual e polarizado entre países e regiões, o que se vê atualmente é um desequilíbrio cristalizado que pode ser verificado nos indicadores econômicos e sociais em todo o mundo. Desde as causas históricas e naturais, além das novas conformações de políticas econômicas e sociais, acentuadas pelo movimento da globalização, as economias têm se tornado cada vez mais desiguais. Embora alguns países tenham conseguido avançar, o desenvolvimento, em seu sentido mais amplo e abrangente, ainda não foi alcançado.

Sobre os desequilíbrios regionais no Brasil percebe-se um forte traço de desigualdade no desenvolvimento de suas regiões na formação histórica. Desde a colonização, a base produtiva assentava-se em atividades econômicas concentradoras de renda e intensivas na absorção de mão de obra não qualificada, especialmente nos cultivos de açúcar, borracha, algodão, café, exploração de ouro, dentre outros. Essas atividades econômicas eram voltadas à exportação, sem a concepção de integração nacional ou de mercado consumidor interno. Já no século 19, com o advento do crescimento econômico via industrialização, os investimentos direcionaram-se para o eixo Rio de Janeiro-São Paulo, já conformando um cenário de desenvolvimento desigual, que passa a se desenrolar subsequentemente. A partir da década de 50 do século 20, baseando-se em experiências de outros países, inicia-se um processo de desenvolvimento fundamentado em polos de crescimento (SOUZA, 2009).

Apesar desse panorama, nas últimas décadas, entre os séculos 20 e 21, o Brasil vem experimentando um modelo de desenvolvimento baseado em um conjunto de políticas públicas inclusivas, de acesso ao emprego e renda, habitação e educação, a fim de propiciar a ampliação dos “pertencentes” à economia. Destarte, percebe-se que a desigualdade regional é uma situação que vem se perpetuando e que gera efeitos negativos sobre o processo de desenvolvimento. Historicamente as regiões Norte e Nordeste têm vivenciado um processo de desenvolvimento lento, e a falta de investimentos em infraestrutura e capital humano gera maior disparidade quando comparada a outras regiões do país.

Dentre os condicionantes históricos da desigualdade vivenciada pela Região Nordeste, observa-se o direcionamento dos investimentos pelo governo federal e a concentração da atividade produtiva nas Regiões Sul e Sudeste, reforçando as vantagens comparativas dessas Regiões em detrimento, especialmente, do Norte e Nordeste do país. Além dos entraves exógenos, alguns fatores endógenos acabaram por dificultar o crescimento econômico e o desenvolvimento: um grande contingente de pobres que gerava um excedente de mão de obra; as secas persistentes e grande extensão de solos impróprios para a agricultura; e sistemas produtivos que se configuravam altamente concentradores de renda (cana-de-açúcar, pecuária, algodão), restringindo a consolidação de um mercado interno e o desenvolvimento industrial (AMARAL FILHO; CARRILLO, 2011).

Na Bahia, ao longo dos últimos anos, as estratégias de desenvolvimento pautaram-se na instalação da indústria automobilística, considerando a abertura do mercado interno para as novas montadoras internacionais, no turismo pela infraestrutura já instalada e a vocação do Estado. Houve também o estabelecimento de complexos agroindustriais, como a produção de celulose, soja, dendê, citricultura e mandioca, dentre outros. Destaca-se que alguns desses produtos já possuem um mercado internacional consolidado, como a soja e a laranja (ALCOFORADO, 2003).

No contexto atual, a industrialização baiana respalda-se pelo modelo de desenvolvimento instalado na década de 60 de polos de crescimento para espalhar o desenvolvimento em toda a sua extensão territorial. Nesse contexto, foram criados o Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari:

[...] estão entre os exemplos mais significativos desse processo de industrialização, que criou uma malha complexa, composta por empresas de porte, intensivas de capital, em sua maioria produtoras de bens intermediários e espacialmente concentradas na Região Metropolitana de Salvador (UDERMAN, 2006, p. 17).

Essa política de desenvolvimento, todavia, criou uma concentração industrial na Região Metropolitana de Salvador em detrimento do interior da Bahia. Para propagar a industrialização no Estado e diversificar a matriz produtiva, as políticas atuais têm buscado estimular o desenvolvimento local e suas especificidades. O que se percebe, no entanto, é que esses instrumentos não foram eficazes, e ainda se perpetua concentração da produção e, conseqüentemente, do crescimento econômico.

É nessa perspectiva que se analisa, a partir de indicadores multidimensionais, o desenvolvimento em uma importante região do Estado da Bahia, que aqui delimitamos como Território de Identidade do Sudoeste da Bahia (TSB).⁶ Busca-se, assim, evidenciar diferenças e similaridades entre os municípios que compõem o referido Território. Além desta introdução, o artigo expõe uma breve discussão sobre desenvolvimento e desigualdades regionais, ressaltando as teorias da economia regional que buscam explicar

⁶ O governo da Bahia, por meio do Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, instituiu o Programa de Territórios de Identidade da Bahia, agrupando os 417 municípios em 27 Territórios, visando à elaboração e instituição de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável por meio da integração, do planejamento, da participação social e da valorização da diversidade presente no Estado da Bahia (Figura 1). Os Territórios foram delineados considerando aspectos identitários, geografia, economia, sociedade, cultura e política, levando em conta também o estabelecimento de relações internas e externas, que conduzem à coesão e promovem a consolidação de uma identidade social, cultural e territorial (SUPERINTENDÊNCIA..., 2014).

as dicotomias regionais. Em seguida, apresenta-se o delineamento metodológico da pesquisa. A seção seguinte, explora os resultados e, por fim, as considerações finais e referências bibliográficas consultadas.

Desenvolvimento Regional, Polarização e Desigualdade

Aportadas na Economia Regional e visando a compreender a dinâmica do desenvolvimento, as Teorias da Localização fornecem conceitos e pressupostos que auxiliam na compreensão das atividades econômicas considerando espaços mais específicos, a exemplo de regiões e territórios. Contribuições importantes foram aportadas nos estudos clássicos de Von Thünen, Weber e Christaller, conforme apresentado em Polèse e Rubiera (2009), em que se aponta o espaço como elemento relevante de atração e retração de atividades econômicas, e, conseqüentemente, do processo de desenvolvimento. Seus estudos tinham como principais variáveis a localização, a distância e os custos de transportes.

Confirmando o território como *locus* do processo do desenvolvimento e a importância da identidade local, as teorias evoluíram para o reconhecimento do potencial endógeno das regiões. Assim, foi desenvolvida a Teoria do Desenvolvimento Endógeno ou Local, que inseriu as discussões de desenvolvimento econômico regional, estadual, nacional e internacional por intermédio da utilização dos meios, recursos e atores endógenos, em que a localidade engendra uma cultura proativa de protagonismo do seu desenvolvimento (AMARAL FILHO; CARRILLO, 2011).

Embora a busca pelo desenvolvimento seja uma meta de qualquer região, as desigualdades regionais estão ainda conectadas ao processo do desenvolvimento e continuam sendo amplamente investigadas. As teorias que tratam sobre a desigualdade do desenvolvimento regional retomam conceitos, como forças de atração e repulsão, aglomeração, intercâmbios, interdependências, dentre outros, e demonstram como o desenvolvimento

polarizado pode reforçar os efeitos propulsores em determinado espaço econômico, todavia não necessariamente transbordar o desenvolvimento para outras regiões.

As disparidades podem ser observadas em todas as dimensões de territórios – entre países, entre regiões e intrarregionalmente – e exprimem uma realidade de concentração de renda, acesso a oportunidades e progresso tecnológico em determinadas regiões, em detrimento de outras regiões que se mantêm estagnadas e com baixos índices de desenvolvimento econômico e social. Ao reconhecer as desigualdades entre países e entre regiões de um país, Perroux (1967, p. 164) ressaltava que “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Assim, na Teoria de Polarização, ou dos Polos de Crescimento, enfatizava o setor industrial como motor do crescimento econômico.

Nesse sentido, as vantagens locais consolidam os polos de crescimento produzindo efeitos positivos (propulsores) em algumas regiões, e também efeitos negativos (regressivos) em outras (SOUZA, 2009). Nessa perspectiva, é possível perceber a distinção entre crescimento e desenvolvimento. Um polo de crescimento evolui e transforma-se em um polo de desenvolvimento, e é capaz de promover mudanças regionais estruturantes. Essas mudanças ultrapassam as ligações interindustriais e incrementam outras atividades, a exemplo do setor de serviços.

De acordo com a Teoria da Polarização no longo prazo ocorreria, naturalmente, o processo de despolarização pelo transbordamento de efeitos positivos do polo central para os secundários, reduzindo as disparidades regionais. Assim, as desigualdades seriam inerentes ao processo de desenvolvimento pela concentração espacial de investimentos e da indústria em pontos (polos) estratégicos. A tendência, então, é que as desigualdades seriam anuladas ao longo do tempo, com o maior dinamismo e crescimento das regiões periféricas, disseminando o desenvolvimento por toda a região

(SOUZA, 2009). Como estratégia para economias menos desenvolvidas, Hirschman (1962) propunha o desenvolvimento desequilibrado, retomando a Teoria dos Polos e contrapondo-se à teoria econômica neoclássica de que o desenvolvimento não acontece instantaneamente em todos os locais e regiões, mas tende a se concentrar em seu ponto de partida original. Ressaltou a importância das inter-relações e interdependência entre as atividades, responsáveis por fortalecer os encadeamentos para trás e para frente, e, por consequência, gerar o desenvolvimento. Nesse desenvolvimento, o Estado exerce papel importante ao garantir a infraestrutura mínima necessária para a instalação de unidades produtivas.

Assim, considerando a existência de regiões mais avançadas e outras mais atrasadas, o desenvolvimento poderia ser alcançado pelos efeitos de encadeamento (*linkages effects*), que podem ocorrer para trás (*backward linkages*) e para frente (*forward effects*) (HIRSCHMAN, 1962). Os efeitos de encadeamento para trás referem-se ao estímulo que determinadas empresas ou indústrias provocam na oferta de matérias-primas e insumos utilizados em sua produção. Já os efeitos de encadeamento para frente baseiam-se na capacidade de uma indústria em criar uma demanda para o seu produto, de forma que outras indústrias e setores passem a consumi-lo desencadeando, assim, outros mercados e unidades produtivas, além da transferência de tecnologias e inovações.

Outra importante contribuição para compreender as desigualdades regionais está em Gunnar Myrdal, ao contrapor que as forças de mercado tendem a se estabilizar em relação ao crescimento e desenvolvimento, quando afirma que “[...] não se verifica essa tendência à autoestabilização automática no sistema social. O sistema não se move entre forças na direção de um estado de equilíbrio, pelo contrário” (MYRDAL, 1965, p. 34). Em uma economia pouco avançada, as forças de mercado não são suficientes para mudar o círculo vicioso e torná-la mais próspera, necessitando de intervenção do Estado para induzir e promover o desencadeamento de atividades que possam quebrar o ciclo dos contínuos desequilíbrios.

O conceito de causalção circular acumulativa, introduzido por Myrdal (1965, p. 34), indica que, “[...] em geral, uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes as que sustentam e conduzem o sistema com mais intensidade na mesma direção da mudança original”. Como num processo de retroalimentação, por isso a denominação circular, e considerando a falta de intervenção de fatores exógenos, a exemplo do Estado, a tendência é que esse processo reproduza características da situação original, de propulsão ou regressão.

Essa causalção circular gera efeitos ascendentes e descendentes, e, em condições de livre-ação das forças do mercado, a tendência é que as situações originais permaneçam sem muitas alterações, segundo Myrdal (1965). Assim, os países que já possuem elevados índices de desenvolvimento terão mais condições de promover estratégias que produzam maior desenvolvimento, considerando a sua melhor infraestrutura, dinamismo econômico, capacidade produtiva e de inovação. Os países em desenvolvimento com estruturas precárias e economias frágeis, no entanto, dificilmente conseguirão engendrar ações que promovam grandes transformações, sem contar com um choque de algum fator exógeno.

Considerando o desenvolvimento polarizado de uma determinada região ou país, Myrdal (1965) enfatizava a presença de efeitos propulsores e regressivos na sua atividade econômica e sistema social, que se baseia no desempenho interno e também transbordam esses efeitos nas regiões periféricas. Tem-se, então, formado um cenário de desequilíbrio, quando os efeitos regressivos se sobrepõem aos efeitos propulsores, aumentando as desigualdades regionais. Quanto aos efeitos propulsores, estes são estimulados e estimulam o desenvolvimento, num processo de causalção circular acumulativa.

Quanto maior a capacidade de uma determinada região em infraestrutura de transportes e comunicação, educação de qualidade, além de uma convergência de valores e ideias, objetivando o incremento da economia, maiores serão as chances de êxito em relação à elevação do desenvolvimento

(MYRDAL, 1965). Segundo Souza (2009), a desconcentração do crescimento seria possível por meio das deseconomias (maiores salários, elevação dos preços dos aluguéis, poluição, congestionamento) geradas ao longo do tempo, e resultariam das economias de aglomeração e concentração da atividade econômica e demográfica. Assim, a população e os empreendimentos migrariam para polos secundários, promovendo o crescimento das regiões periféricas, e, como tal, a situação de subdesenvolvimento regional seria modificada via investimentos em infraestrutura e qualificação da mão de obra, pois, num cenário de causalção circular acumulativa descendente, torna-se fundamental a intervenção do Estado para promover o desenvolvimento.

Apesar de todos os esforços ao longo das últimas décadas em se compreender e propor modelos e ações de enfrentamento ao desenvolvimento desigual e polarizado entre países e regiões, o que se vê atualmente é um desequilíbrio cristalizado, que pode ser verificado nos indicadores econômicos e sociais em todo o mundo. Desde as causas históricas e naturais, além das novas conformações de políticas econômicas e sociais, acentuadas pelo movimento da globalização, as economias têm se tornado cada vez mais desiguais, e, embora alguns países tenham conseguido avançar, o desenvolvimento, em seu sentido mais amplo e abrangente, ainda não foi alcançado.

Outro estudioso contemporâneo da desigualdade e concentração de renda, Thomas Piketty (2014), estabelece um contraponto à premissa de que a educação formal, enquanto qualificação, mérito, livre-mercado, mobilidade de capital e de trabalho, não seria suficiente para amenizar as desigualdades e proporcionar ascensão individual e convergência de renda. Para Piketty (2014), a solução contra as forças divergentes seria a elaboração de um imposto global sobre o capital para reverter as situações de desigualdade, entretanto isso dependeria da política estabelecida e das decisões e escolhas da sociedade.

Diversas são as abordagens e os modelos para compreender as desigualdades econômicas e sociais dentro e entre países, e as possibilidades de medidas de política que possam minimizar seus efeitos. Cada contribuição

aqui apresentada está inserida em um contexto da realidade e da época em que os estudos foram desenvolvidos. Os conceitos e as teorias aqui expostos permitem clarear a investigação sob o enfoque das desigualdades e dos desequilíbrios regionais, que permitem conhecer melhor os entraves ao desenvolvimento.

A análise multidimensional do desenvolvimento – que ultrapassa a ótica da renda – é o ponto em comum entre as teorias do desenvolvimento regional aqui citadas. Além disso, as teorias tratam também da industrialização como motor de desenvolvimento; da intervenção e planejamento do Estado; da importância de se considerar as especificidades e a participação dos atores locais; consideram os fatores de aglomeração e as vantagens decorrentes da concentração de unidades produtivas em um único lugar; a maximização e irradiação dos efeitos positivos e a minimização dos efeitos negativos; e, principalmente, que as forças de mercado por si só não garantem crescimento econômico e desenvolvimento.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho baseia-se na análise quantitativa, a partir do estudo de diversos indicadores e utilização de técnica estatística de análise multivariada. Nesta parte apresenta-se o território analisado e, em seguida, os procedimentos de tratamento dos dados para retratar e analisar o desenvolvimento no espaço aqui delimitado. Ressalta-se que este trabalho é parte integrante de um estudo mais amplo, realizado a partir do projeto de pesquisa⁷ intitulado “Dinâmicas territoriais na Bahia: um estudo dos territórios de identidade Litoral Sul, Vitória da Conquista e Portal do Sertão”, que objetivou analisar

⁷ Projeto aprovado no Edital Fapesb 011/2014, Pedido N° 7756/2014, vigência 2014/2016, e desenvolvido em rede pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

as transformações e seus efeitos sobre o desenvolvimento socioeconômico a partir das análises dos setores produtivos e da pobreza multidimensional nos referidos Territórios.

O Território Sudoeste Baiano

O Território Sudoeste Baiano (TSB) é composto por 24 municípios: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista. Possui 695.302 habitantes, distribuídos em 244.991 na zona rural e 450.311 na zona urbana, representando cerca de 5% da população do Estado da Bahia, de acordo com Censo demográfico 2010 do IBGE. Ao excluir Vitória da Conquista, município com maior contingente populacional, com 274.739 habitantes na zona urbana, a população do TSB é predominantemente rural. Dos 24 municípios do TSB, apenas oito (Barra do Choça, Belo Campo, Cândido Sales, Licínio de Almeida, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista) possuem taxa de urbanização acima de 50%.

O Território ocupa uma área de 27.308,23 Km², que corresponde 4,83% da área total do Estado. O TSB está situado na mesorregião Centro Sul Baiano e faz fronteira com os Territórios de Identidade do Sertão Produtivo, a oeste; ao norte, com o Médio Rio das Contas; a leste, com o Médio Sudoeste da Bahia; e ao sul, com o Estado de Minas Gerais.

entorno dos polos), relações comerciais; além de questões identitárias e de pertencimento, posto que possuem hábitos, costumes e muitos aspectos culturais em comum.

O PIB do Território, em 2013, atingiu cerca de 7,2 bilhões de reais, o que representou 4%, aproximadamente, do total do PIB da Bahia; mais da metade do PIB do TSB é proveniente do município de Vitória da Conquista. O PIB *per capita* do TSB em 2013 foi de R\$ 10.401,72, abaixo da média do Estado, que foi de R\$ 13.577,74, enquanto no município de Vitória da Conquista o valor encontra-se acima da média estadual, com R\$ 14.647,17 (SUPERINTENDÊNCIA..., 2015a) para esse mesmo ano. É importante destacar que o PIB *per capita* pode apresentar distorções em relação à realidade dos municípios, principalmente quando comparamos com o desenvolvimento humano. Em relação aos aspectos sociais, enquanto a média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Bahia foi de 0,666 e do Brasil, 0,699, para o ano de 2010 (PROGRAMA..., 2014), os municípios componentes do TSB apresentam IDH abaixo da média nacional e estadual (entre 0,517 e 0,604). Apenas Vitória da Conquista teve índice acima da média, com IDH de 0,678 em 2010.

No TSB há pouca participação do setor industrial na composição do PIB total. Em 2013 a indústria contribuiu com 13% no PIB total, de forma que tal situação pode gerar um fator restritivo ao crescimento econômico dos municípios que integram o território. A construção civil, a indústria de transformação e a extrativa mineral, são as atividades que mais se destacam (SUPERINTENDÊNCIA..., 2015b). Em Vitória da Conquista concentra-se a maior parte das atividades de construção civil e indústria de transformação, indústrias de artigos esportivos, beneficiamento de minério e de café.

Dos 24 municípios do TSB, apenas quatro (Barra do Choça, Encruzilhada, Poções e Ribeirão do Largo) apresentam vocação produtiva multissetorial (agropecuária e serviços) em relação à participação de cada setor na formação do PIB em cada município. A pouca expressividade do

setor agropecuário pode agravar um quadro de desigualdade regional, ao considerarmos que mais de um terço da população vive na zona rural e, comumente, exercem atividades econômicas vinculadas a esse setor. Em todos os municípios do Território a atividade agrícola está presente, no entanto poucos apresentam potencial para a agricultura comercial, permanecendo, muitas vezes, em um modelo de agricultura de subsistência. Das atividades agrícolas desenvolvidas no território destaca-se a cafeicultura, concentrada nos municípios de Barra do Choça, Planalto e Ribeirão do Largo. Em seguida, sobressaem os municípios Vitória da Conquista e Planalto na produção de mandioca, banana, feijão, cana-de-açúcar, milho, tomate, algodão, caprinocultura, ovinocultura, bovinocultura e eucalipto (SUPERINTENDÊNCIA..., 2014).

Variáveis e Fontes do Estudo

Inicialmente foram levantadas informações de 65 variáveis,⁸ distribuídas em seis dimensões de análise: social, demográfica, político-institucional, econômica, ambiental e cultural para cada município do Território estudado. Para, todavia, atender aos procedimentos da análise fatorial, em que o número de casos (municípios) não pode ultrapassar a quantidade de variáveis, reduziu-se o número de variáveis aplicando como critério a relevância das mesmas em cada dimensão e baseando-se nos trabalhos de Rosado, Rossato e Lima (2009), Conterato, Schneider e Waquil (2007), Melo e Parré (2007), Waquil et al. (2007), Mata et al. (2004) e Zambrano e Pinto (2004). Ademais, foi suprimida a dimensão cultural, em razão de que as variáveis contidas apresentaram baixo grau de correlação. Dessa forma, as variáveis utilizadas na análise estão apresentadas na Tabela 1.

⁸ Dados da pesquisa da autora, 2016.

Tabela 1 – Variáveis utilizadas na análise fatorial

Variável	Fonte/Ano	Dimensão
X1 – Leitos hospitalares conveniados pelo SUS	SEI / 2010	Social
X2 – % de pobres em relação à população total	Atlas do desenvolvimento humano / 2010	
X3 – Taxa de Urbanização	Censo Demográfico/ SEI/2010	Demográfica
X4 – Esperança de vida ao nascer	Atlas do desenvolvimento humano/2010	
X5 – % Transferências inter-governamentais da União	Portal da Transparência/2010	Político-institucional
X6 – Índice de infraestrutura	SEI/2006	
X7 – IDHM-Renda	Atlas do desenvolvimento humano/2010	Econômica
X8 – Receita municipal	SEI/2010	
X9 – PIB <i>per capita</i>	SEI/2010	
X10 – PIB	SEI/2010	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Análise Fatorial

Aplicou-se a análise fatorial para identificar o grau de correlação entre as variáveis estudadas, a fim de subsidiar a observação sobre semelhanças ou não entre os municípios do Território. A partir dos fatores extraídos verificam-se as dimensões que mais contribuem para o desenvolvimento dos municípios estudados. Essa técnica parte da análise da correlação entre variáveis e se essas possuem algum fator em comum. Segundo Ferreira (1996), o modelo de fatores pode ser explicado por:

$$\begin{aligned}
 X_1 - \mu_1 &= l_{11}F_1 + l_{12}F_2 + \dots + l_{1m}F_m + \epsilon_1 \\
 X_2 - \mu_2 &= l_{21}F_1 + l_{22}F_2 + \dots + l_{2m}F_m + \epsilon_2 \\
 &\vdots \\
 &\vdots \\
 &\vdots \\
 X_p - \mu_p &= l_{p1}F_1 + l_{p2}F_2 + \dots + l_{pm}F_m + \epsilon_p
 \end{aligned}$$

em que: l_{ij} é denominado de carga da i -ésima variável para o j -ésimo fator, então a matriz L é chamada matriz de cargas fatoriais. O i -ésimo fator específico ϵ_i é associado somente com a i -ésima variável resposta X_i . Os p desvios $X_1 - \mu_1, X_2 - \mu_2, \dots, X_p - \mu_p$ são representados por $p + m$ variáveis aleatórias $F_1, F_2, \dots, F_m, \epsilon_1, \epsilon_2, \dots, \epsilon_p$, que são não observáveis.

Baseando-se em Hair Junior et al. (2005) e Rezende, Fernandes e Silva (2007), a aplicação da técnica de análise fatorial obedeceu às seguintes etapas: a) verificação da adequabilidade da base de dados, realizando-se, nesta etapa, a mensuração das variáveis, tamanho da amostra, razão entre o número de casos e a quantidade de variáveis e o padrão de correlação entre elas; b) determinação da técnica de extração e o número de fatores a serem extraídos; c) definição do tipo de rotação dos fatores.

Para atender ao critério do grau de correlação e razão entre o número de variáveis e observações, procederam-se diversas estimações. A fim de se obter a adequabilidade da análise fatorial, foi aplicado o teste *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO). Se o fator apresenta baixo autovalor nesse teste, isso indica a sua pouca contribuição na explicação das variáveis originais. O valor do KMO deve estar acima de 0,7 (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2010). Para aferir o nível de significância estatística da amostra, pela análise das correlações entre as variáveis, aplicou-se o teste *Bartlett Test of Sphericity* (BTS). Em seguida, foram extraídos os fatores, utilizando-se o critério da regra de Kaiser, que consiste na seleção dos fatores que apresentem autovalor acima de 1. Por último, foram feitos os ajustes das cargas fatoriais pelo método de rotação ortogonal Varimax.

Análise de Agrupamento

Após a análise fatorial, aplicou-se a análise de agrupamento para identificar se o Território analisado era um espaço homogêneo em termo de características e como essas se distribuíam entre os municípios. Para a

formação de agrupamentos é fundamental que os grupos apresentem significativa homogeneidade interna e alta heterogeneidade em relação aos outros grupos (HAIR JUNIOR et al., 2005).

Inicialmente foram tratadas as medidas de similaridades, que podem ter correlação e covariância entre os objetos, e as medidas de proximidade e distância em um espaço *ndimensional* – neste caso, quanto menor a distância entre os objetos, maior a similaridade (SOBEL, 2010). Segundo Melo e Parré (2007, p. 108), “para avaliar a semelhança entre dois indivíduos *i* e *j*, usa-se o conceito de distância euclidiana quadrática: quanto menor for a distância, mais semelhantes serão os indivíduos”:

$$d^2(i, j) = \sum_{k=1}^K m_k (x_{ik} - x_{jk})^2$$

em que: x_{ik} : valor da variável *k* para o indivíduo *i*; x_{jk} : valor da variável *k* para o indivíduo *j*.

Em seguida foi definido o método a ser utilizado para a formação dos grupos. Pelo cálculo entre os pesos fatoriais e os valores das variáveis originais, foram obtidos os escores fatoriais, os quais permitem observar os fatores extraídos e a relação que cada variável mantém com determinado fator. Neste trabalho optou-se pela aplicação do método de agrupamento hierárquico, com ligação única, e de caráter exploratório, e o método não hierárquico *k*-médias (*k-means*), de caráter confirmatório. Esses dois métodos são muito utilizados, pois, segundo Hair Junior et al. (2005, p. 403), suas vantagens “[...] são complementadas pela habilidade dos métodos não-hierárquicos para ‘refinar’ os resultados, pela possibilidade de alteração de pertinência a grupos”.

No método hierárquico, com ligação única, o processo de agrupamento inicia-se com todos os objetos considerados como um conglomerado, e, à medida que se calcula o algoritmo, esses vão sendo aglomerados conforme a distância entre eles, formando novos conglomerados (MINGOTI, 2007). Como medida de identificação das similaridades e dissimilaridades, no mé-

todo de ligação única são definidos os dois elementos mais parecidos entre si. Nesse caso, utilizou-se a medida de distância euclidiana, considerando o espaço existente entre um par de objetos de forma que, quanto mais perto, mais semelhantes.

A partir desses métodos e critérios, foi elaborada a matriz de proximidade para os municípios, identificando as distâncias entre eles no que diz respeito às características aqui tratadas. A partir daí foram elaborados o gráfico de ponderação e o dendograma, que indicaram a formação dos agrupamentos.

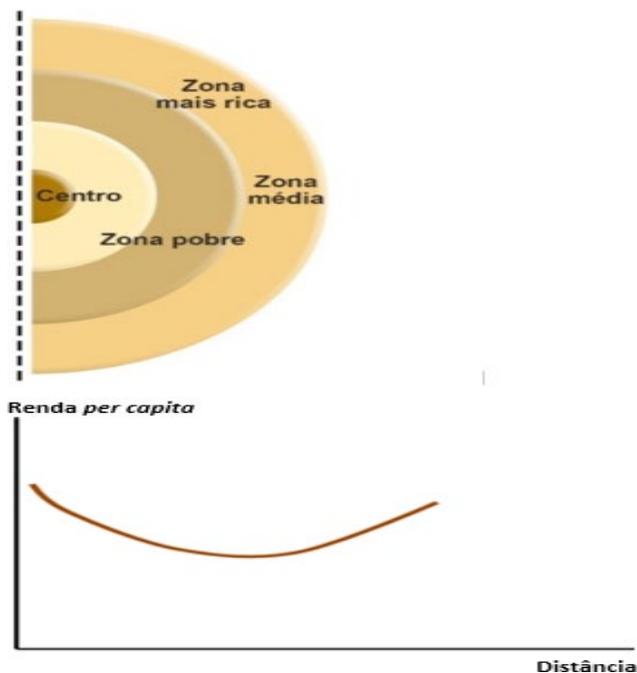
O método não hierárquico k-médias estabelece um vetor central dos grupos (semente de grupos) a serem formados a partir de um centroide, que se trata do valor médio dos objetos contidos nos grupos sobre cada variável. O valor de sementes de grupos se refere à quantidade de agrupamentos que serão formados, e foi definido de acordo com o resultado (quantidade de agrupamentos) da aplicação do método hierárquico de ligação única. Em seguida, os objetos mais próximos a esses centroides foram inseridos, baseando-se no agrupamento, que se refere às características dos municípios a serem agrupados.

Análise Espacial

Na análise espacial parte-se da ideia de que renda e distância estão relacionadas e, normalmente, seguem um determinado padrão. Daí, tomando-se um local como centro de uma região, à medida que nos afastamos dele, ou seja, quanto maior sua distância a outras localidades, tenderia a diminuir a concentração de renda, reduzindo, assim, o efeito desse centro sobre os demais locais da região. Próximo ao centro se apresentaria a zona mais pobre da região em virtude do poder atrativo do centro, e mais afastadas as zonas mais desenvolvidas, conforme proposto na Figura 2. Nestes casos, o poder de atração do centro sob as demais localidades baseia-se na absorção da mão de obra e capital.

Nesse sentido, a concentração das atividades econômicas na região centro (polo), faz com que ao seu entorno estejam as zonas mais pobres e, à medida que nos afastamos, começam a aparecer novas zonas ricas. Esse padrão deve ser verificado quando não há transbordamento do desenvolvimento, provocando, portanto, disparidades regionais. Pode-se observar, considerando Vitória da Conquista como polo, que o seu desenvolvimento não transborda para as adjacências, uma vez que o progresso alcançado no município não irradia para a periferia. Ao contrário, a maioria dos municípios ao entorno apresenta baixos níveis de crescimento econômico e desenvolvimento, indicando a existência de centro-periferia no TSB, e, à medida que a distância dos municípios aumenta em relação a esse centro, melhor é o desempenho.

Figura 2 – Relação entre renda e distância entre os municípios e a Região Centro

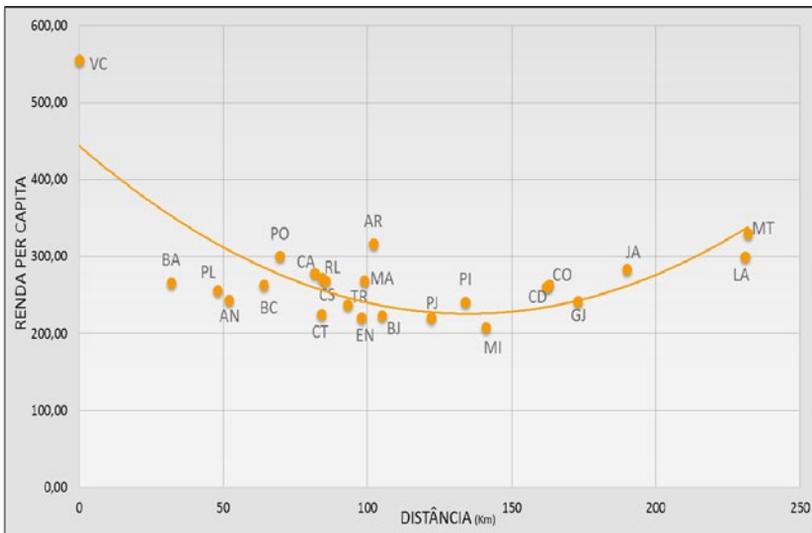


Fonte: Elaborada pelos autores.

Resultados e Discussão

Observa-se o desenvolvimento medido em termos da relação PIB *per capita* e distância, considerando Vitória da Conquista a região centro. Consta-se a ideia de que as localidades do entorno representam a zona mais pobre, conforme Figuras 2 e 3. Ao entorno dessa região centro estão os municípios pobres, indicando o pouco espalhamento do seu desenvolvimento para as regiões periféricas do Território. A maioria dos municípios ao seu entorno apresentam baixos níveis de crescimento econômico e desenvolvimento, indicando forte relação centro-periferia no TSB. Na medida em que se afasta da região centro (efeito distância) começam a aparecer zonas com melhores indicadores de desenvolvimento, comparativamente àquelas ao seu entorno.

Figura 3 – Efeito distância sobre o PIB *per capita* dos municípios do Território Sudoeste Baiano e a região centro (Vitória da Conquista), Bahia



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

É possível inferir sobre a relação de atração e repulsão do centro principal em relação à periferia. O município de Vitória da Conquista é capaz de atrair e absorver mão de obra pela oferta de emprego e melhor infraestrutura local, provocando migração na direção periferia-centro. Conforme Myrdal (1965), isso indicaria um efeito regressivo, pois, além da movimentação da mão de obra, o centro atrairia capital, bens e serviços oriundos dos municípios periféricos.

Em uma análise mais conservadora, esperava-se que os municípios próximos ao centro (Vitória da Conquista) apresentassem melhor desenvolvimento, no entanto esse fenômeno não foi observado. É importante destacar que existem outras situações, não investigadas neste trabalho, que poderiam explicar esses resultados, como a influência e as relações dos municípios fronteiriços do Território com outras regiões para além das fronteiras internas do próprio TSB.

Análise Espacial do Desenvolvimento e das Desigualdades

De acordo com a Tabela 2, pode-se observar que na matriz de correlação não há valores abaixo de 0,30 e nem multicolinearidade, indicando a adequabilidade da análise fatorial. O teste KMO apresentou valor 0,777, reforçando a adequabilidade da amostra. Pelo teste de *Bartlett*, que apresentou resultado significativo a 1% de probabilidade, confirma-se que a matriz utilizada não é uma matriz de identidade (variáveis não correlacionadas).

Tabela 2 – Matriz de correlação das variáveis que compõem as dimensões de análise do Território de Identidade do Sudoeste da Bahia

	X1	X2	X3	X4	X5	X6	X7	X8	X9	X10
X1	1,000									
X2	-0,560	1,000								
X3	0,578	-0,532	1,000							
X4	0,338	-0,348	0,613	1,000						
X5	-0,373	0,308	-0,678	-0,579	1,000					
X6	0,606	-0,546	0,628	0,558	-0,499	1,000				
X7	0,811	-0,888	0,672	0,448	-0,458	0,716	1,000			
X8	0,989	-0,548	0,604	0,376	-0,438	0,576	0,808	1,000		
X9	0,847	-0,627	0,701	0,382	-0,461	0,502	0,761	0,871	1,000	
X10	0,993	-0,563	0,547	0,312	-0,340	0,550	0,802	0,991	0,856	1,000

Fonte: Dados da pesquisa, 2016. (X1 – Leitos hospitalares conveniados pelo SUS; X2 – % de pobres em relação à população total; X3 – Taxa de Urbanização; X4 – Esperança de vida ao nascer; X5 – % Transferências intergovernamentais da União; X6 – Índice de infraestrutura; X7 – IDHM-Renda; X8 – Receita municipal; X9 – PIB *per capita*; X10 – PIB).

Após a extração dos fatores, aplicou-se o método de componentes principais para extrair os fatores que mais contribuem para as comunalidades e que melhor representem as variáveis originais. Adotando-se o critério de Kaiser, extraíram-se dois fatores (Tabela 3), os quais explicam, aproximadamente, 79% da variância das variáveis originais. O primeiro fator apresenta autovalor de 6,561 carregando cerca de 65% da variância, e o segundo fator apresenta autovalor de 1,386, carregando cerca de 13% da variância.

Tabela 3 – Autovalores e variância

Fator	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	6,561	65,614	65,614	6,561	65,614	65,614
2	1,379	13,788	79,402	1,379	13,788	79,402

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Posteriormente os fatores foram rotacionados pelo método Varimax, a fim de ajustar as cargas fatoriais de cada variável de forma ortogonal (não correlacionados), tornando mais clara a interpretação da contribuição de cada fator. Na matriz rotacionada (Tabela 4), verifica-se que as variáveis X3 (Taxa de Urbanização), X6 (Índice de Infraestrutura) e X7 (IDHM-Renda) apresentam uma estrutura complexa, com altas cargas fatoriais em mais de um fator. Em uma análise mais conservadora, baseada em aspectos meramente técnicos e estatísticos, poder-se-ia excluir essas variáveis; no entanto essas foram incluídas, baseando-se em trabalhos de Conterato, Schneider e Waquil (2007), Waquil et al. (2007) e Rosado, Rossato e Lima (2009).

Tabela 4 – Cargas Fatoriais Após a Rotação Ortogonal e Comunalidades

Variável	Fatores		Comunalidades
	1	2	
X1	0,948	0,210	0,944
X2	-0,649	-0,360	0,551
X3	0,459	0,755	0,781
X4	0,131	0,849	0,738
X5	-0,181	-0,823	0,711
X6	0,483	0,641	0,645
X7	0,817	0,440	0,861
X8	0,933	0,254	0,934
X9	0,847	0,328	0,825
X10	0,962	0,163	0,952

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Verifica-se que o Fator 1 mantém correlação alta e positiva com as variáveis X1 (leitos hospitalares), X7 (IDHM-Renda), X8 (Receita municipal), X8 (PIB *per capita*), X10 (PIB). Estas variáveis estão assentadas nas dimensões social e econômica, e referem-se à infraestrutura em saúde e à capacidade do município em gerar e distribuir sua renda. Em virtude da natureza de suas variáveis componentes, denominou-se o Fator 1 de crescimento econômico.

Assim, o fator mais importante do conjunto possui um viés majoritariamente econômico expressando o protagonismo do aspecto renda no processo de desenvolvimento. Essa situação se confirma, também, pela correlação alta e negativa com a variável X2 (% de pobres em relação à população total), demonstrando que o alto percentual de pobres nos municípios expressa a incapacidade na geração de receitas governamentais e rendas individuais. Em um cenário de desigualdade de renda e exclusão socioeconômica, diminui a possibilidade de crescimento econômico e, conseqüentemente, de desenvolvimento.

O Fator 2 possui correlação alta e positiva com as variáveis X3 (taxa de urbanização), X4 (esperança de vida ao nascer) e X6 (índice de infraestrutura) e correlação alta e negativa com a variável X5 (transferências da União). Essas variáveis representam as dimensões demográfica e político-institucional e captam aspectos relacionados à condição populacional, tais como localização, longevidade, infraestrutura disponível (equipamentos, instalações e serviços oferecidos à população). Em razão disso, denominou-se o Fator 2 de infraestrutura, pois está, predominantemente, relacionado aos aspectos estruturantes. A correlação das variáveis corrobora o que vem sendo abordado na literatura especializada, uma vez que maior grau de urbanização pode indicar condições de maior coesão social (sociedades baseadas em igualdade, respeito, diversidade, solidariedade, justiça e pertencimento). A correlação alta e negativa com a variável X5 (transferências da União), todavia, pode indicar que a dependência municipal aos recursos transferidos pela União, como um aspecto negativo, aponta baixa autonomia e capacidade econômica do município em dinamizar sua infraestrutura básica. Em Rosado, Rossato e Lima (2009), os fatores determinantes do desenvolvimento das microrregiões do Estado de Minas Gerais também estavam associados ao crescimento, especificamente à industrialização e infraestrutura; sendo o mesmo observado para o Território do Sudoeste Baiano, em que a renda se revelou o componente mais relevante na determinação do desenvolvimento. Em Melo e Parré (2007), a infraestrutura e a condição de vida da população revelaram-se também como fatores determinantes para as desigualdades regionais no Paraná, confirmando a relevância deste indicador no desenvolvimento.

Hierarquização do Desenvolvimento dos Municípios do Território do Sudoeste Baiano

Aplicando-se a hierarquização dos municípios para analisar o desenvolvimento, verifica-se que Vitória da Conquista apresenta a mais alta hierarquia para o Fator 1 (Tabela 5), indicando que no Território analisado esse é o município com melhor grau de desenvolvimento. As variáveis que contribuíram positivamente para esse resultado foram: leitos hospitalares conveniados pelo SUS, IDHM-Renda, Receita municipal, PIB *per capita*, PIB, e a variável porcentual de pobres em relação à população total, que mantém relação negativa com este fator. Em todas essas variáveis o município de Vitória da Conquista apresenta os melhores indicadores. A variável mais relevante nessa hierarquização foi o porcentual de pobres em relação à população total, levando os municípios com menores receita e produção a ocuparem melhor posição em relação aos municípios com melhores indicadores, como PIB e receitas municipais.

Tabela 5 – Hierarquização pelo indicador Crescimento econômico dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste da Bahia

Classificação	Município	Fator 1	Classificação	Município	Fator 1
1	Vitória da Conquista	4,534	13	Licínio de Almeida	-0,195
2	Barra do Choça	0,241	14	Tremedal	-0,198
3	Aracatu	0,181	15	Encruzilhada	-0,219
4	Caráíbas	-0,171	16	Anagé	-0,234
5	Ribeirão do Largo	0,080	17	Cordeiros	-0,259
6	Planalto	0,070	18	Guajeru	-0,358
7	Jacaraci	-0,015	19	Condeúba	-0,398
8	Mortugaba	-0,038	20	Bom Jesus da Serra	-0,407
9	Maetinga	-0,078	21	Piripá	-0,545
10	Belo Campo	-0,091	22	Pres. Jânio Quadros	-0,620
11	Caetanos	-0,146	23	Cândido Sales	-0,643
12	Mirante	-0,162	24	Poções	-0,672

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

No Fator 2, relativo à infraestrutura dos municípios do TSB, a hierarquização (Tabela 6) revela um cenário diferente ao observado anteriormente. Neste fator as variáveis que mais contribuíram positivamente foram: taxa de urbanização, esperança de vida ao nascer, índice de infraestrutura; e negativamente: transferências intergovernamentais da União em relação à receita total do município. Nessa hierarquização, essa última variável foi a mais influente, revelando a melhor posição para o município de Poções pela sua menor dependência aos recursos do governo federal entre os municípios do Território.

Tabela 6 – Hierarquização dos municípios pelo indicador infraestrutura do Território de Identidade do Sudoeste da Bahia

Classificação	Município	Fator 2	Classificação	Município	Fator 2
1	Poções	2,929	13	Ribeirão do Largo	-0,094
2	Cândido Sales	1,617	14	Pres. J. Quadros	-0,224
3	Licínio de Almeida	1,116	15	Anagé	-0,382
4	Mortugaba	0,791	16	Guajeru	-0,426
5	Condeúba	0,788	17	Aracatu	-0,467
6	Vitória da Conquista	0,538	18	Encruzilhada	-0,469
7	Barra do Choça	0,398	19	Maetinga	-0,479
8	Cordeiros	0,140	20	Tremedal	-0,659
9	Piripá	0,118	21	B. Jesus da Serra	-0,698
10	Belo Campo	0,034	22	Carafbas	-1,233
11	Planalto	0,005	23	Caetanos	-1,474
12	Jacaraci	-0,093	24	Mirante	-1,776

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Embora um município possa ocupar uma hierarquia superior em determinado indicador, a exemplo da renda e do crescimento econômico, pode apresentar baixo desempenho em outros indicadores importantes, a exemplo de infraestrutura e social. Assim, buscando depurar melhor os dados, foi aplicada a análise multidimensional partindo-se da ideia de que o desenvolvimento é um conceito amplo e deve abarcar de maneira equitativa todas as dimensões de análise aqui propostas.

O Desenvolvimento no Território do Sudoeste Baiano

O primeiro passo foi obter a matriz de similaridade e, a partir daí, foram gerados os estágios do planejamento de aglomeração pelo método de ligação única. Nesse método, uma vez que o objeto foi incorporado a um *cluster*, permanece associado a ele até o final. Considerando que os agrupamentos se baseiam nas características de cada município expressas nos escores dos dois fatores gerados na análise fatorial, os aspectos captados nesse processo aglomerativo referem-se ao crescimento econômico e à infraestrutura.

Conforme a Tabela 7 e a Figura 4, observa-se a formação de três agrupamentos. O grupo 1 reúne o maior número de municípios do Território, os quais possuem baixo desempenho nos aspectos relacionados aos fatores crescimento econômico e infraestrutura. Isso ocorre porque a maioria dos municípios apresenta baixa urbanização e baixa densidade demográfica, menor contingente populacional e alta dependência às transferências governamentais, apontando sujeição aos recursos externos e baixo dinamismo da economia local. Tais municípios apresentam, ainda, menor esperança de vida ao nascer e débil infraestrutura captada pelos menores índices de infraestrutura do TSB. A fragilidade em termos do crescimento econômico reforça-se pelo maior percentual de pobres em relação à população total e menor PIB destes municípios. Poucas alterações podem ser percebidas entre os dois distintos métodos de agrupamento.

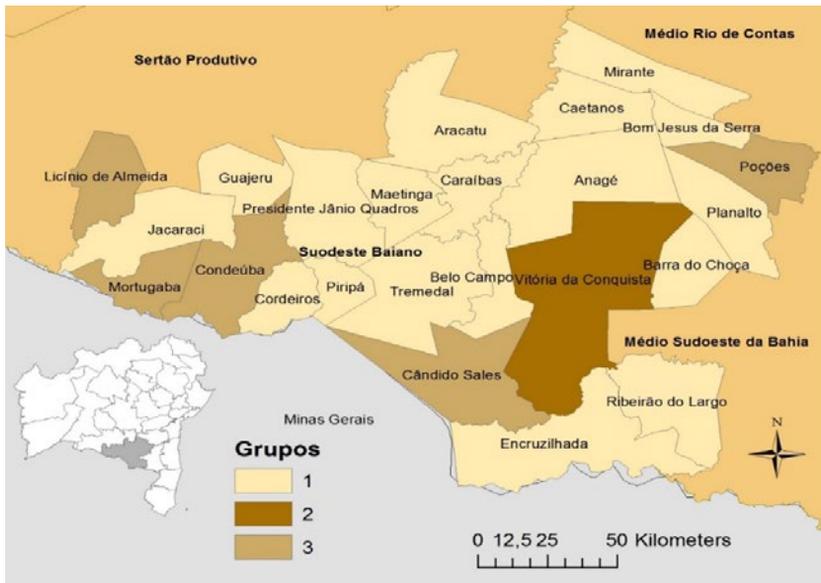
Tabela 7 – Comparativo do agrupamento dos municípios do Território do Sudoeste Baiano pelos métodos de ligação única e K-médias

Grupo	Método de ligação única	Método K-médias
1	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Carafbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Planalto, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Carafbas, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Maetinga, Mirante, Piripá, Planalto, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal
2	Licínio de Almeida e Poções	Condeúba, Cândido Sales, Licínio de Almeida, Mortugaba e Poções
3	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O segundo agrupamento (Grupo 2) é formado pelos municípios Licínio de Almeida e Poções; esse diverge quando se observa o método K-média. Verifica-se que o município Vitória da Conquista, independentemente do método de agrupamento aplicado, está isolado dos demais, revelando a sua grande dissimilaridade em relação aos demais municípios do Território. Nesse município tem-se o melhor desempenho nas variáveis crescimento econômico.

Figura 4 – Agrupamentos a partir do método K-médias dos municípios do Território Sudoeste Baiano



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Pela análise de agrupamento pode-se constatar que os grupos formados reforçam a heterogeneidade e a concentração do desenvolvimento no TSB. Ademais, sob a ótica multidimensional, percebe-se que há grande número de municípios com fraco desenvolvimento, à exceção de Vitória da Conquista.

Os resultados dos agrupamentos podem ser corroborados pelos dados de cada município dos Grupos 1 e 3 (Tabela 8). Vê-se que o Grupo 1 reúne o maior número de municípios com os valores mais baixos nos indi-

cadres analisados. Embora os municípios Barra do Choça, Encruzilhada, Planalto e Ribeirão do Largo apresentem PIB *per capita* acima da média do Território, possuem uma débil infraestrutura, tão necessária para solidificar o mercado produtor e consumidor de uma localidade.

Tabela 8 – Indicadores comparativos dos municípios dos Grupos 1 e 3 do Território Sudoeste Baiano

Município	PIB <i>per capita</i> – 2013 (R\$ 1,00)	PIB Setorial – 2013 (R\$ milhões)			População (2010)	Índice de Gini (2010)
		Agricultura	Indústria	Serviços		
Bahia	13.577,74	13.141,75	36.472,46	128.079,79	14.016.906	0,631
Território	5.818,78	336,050	763,312	4.736,41	695.302	0,559
Grupo 1						
Anagé	5.479,06	11,927	4,646	92,480	25.516	0,506
Aracatu	5.456,07	10,332	6,968	56,348	13.743	0,448
Barra do Choça	7.968,00	74,273	24,354	177,390	34.788	0,549
Belo Campo	4.680,41	7,941	3,237	71,947	16.021	0,497
Bom Jesus da Serra	3.861,97	3,995	1,713	34,574	10.113	0,611
Caetanos	3.936,52	4,228	4,612	52,320	13.639	0,552
Caraíbas	4.850,29	7,306	2,443	38,917	10.222	0,549
Cordeiros	4.584,13	3,431	1,725	33,606	8.168	0,529
Encruzilhada	7.264,22	32,754	6,465	107,956	23.766	0,507
Guajeru	4.925,11	9,486	2,244	33,206	10.412	0,460
Jacaraci	4.269,32	7,837	2,019	53,635	13.651	0,474
Maetinga	6.016,88	2,308	1,730	30,549	7.038	0,461
Mirante	4.275,43	5,784	1,885	35,104	10.507	0,522
Piripá	4.269,22	3,838	2,039	46,728	12.783	0,495
Planalto	7.937,28	28,979	10,226	155,182	24.481	0,463
Pres. Jânio Quadros	4.181,28	6,527	1,366	46,548	13.652	0,554
Ribeirão do Largo	7.395,44	27,100	1,726	37,634	8.602	0,473
Tremedal	4.559,12	11,448	2,795	67,483	17.029	0,490
Grupo 3						
Vitória da Conquista	14647,17	76,556	681,119	3.564,801	306.866	0,562
Estatística descritiva						
Média da Bahia	13.577,74	31,515	87,464	307,146	33.613	0,631
Média do Território	5.818,78	17,686	40,174	249,284	30,578	0,511
Desvio padrão	2.530,8	22.198,9	155.303,2	803.956,9	67.288,5	0,044
C. variação	43%	126%	387%	323%	220%	9%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Considerando apenas os municípios dos Grupos 1 e 3, vê-se que esses apresentam valores, em quase todos os indicadores, abaixo da média do Estado da Bahia (Tabela 8). Ademais, os valores do desvio padrão e do coeficiente de variação indicam forte heterogeneidade entre os municípios do TSB.

A avaliação de agrupamento reforçou os resultados observados na análise fatorial, haja vista que o grupo 1 reúne a maioria dos municípios que ocupa as piores posições no *ranking* de desenvolvimento do Território. Esse grupo merece maior atenção do poder público na instituição de políticas e medidas que contribuam para alavancar o crescimento da região. O grupo 3, embora apresente melhor desempenho, também possui fragilidades, especialmente no que diz respeito à consolidação do desenvolvimento sustentável e de longo prazo.

Avaliar qual modelo de crescimento é mais adequado aos municípios é condição precípua para diminuir as disparidades de desenvolvimento, e como tal gerar efeitos de transbordamento centro-urbano e cidades-polo, o que tenderá a beneficiar os municípios com menor poder de atração econômica. Isto perpassa pela avaliação de políticas públicas direcionadas ao TSB, e que devem considerar a heterogeneidade produzida pela dissimilaridade do principal centro-urbano (Vitória da Conquista) e os demais municípios que o compõem. Vê-se que a homogeneidade identificada entre os municípios se assenta em um fraco desenvolvimento revelado pelos indicadores socioeconômicos calculados. A intervenção deve ir além de políticas de gestão e planejamento territorial, pois, muitas vezes, sob critérios amplos, acabam agrupando municípios em divisões regionais pouco homogêneas, ocultando possíveis dessemelhanças.

Considerações Finais

A análise demonstrou que os municípios do Território do Sudoeste Baiano, em sua maioria, não apresentaram indicadores de crescimento econômico e infraestrutura adequados. Há polarização e concentração do crescimento, resultante da pouca atratividade econômica na maioria dos municípios que compõem o Território. Os determinantes do desenvolvimento evidenciados neste estudo revelam um cenário de disparidade

entre municípios assentado nos desequilíbrios entre rendas individuais e receitas governamentais, além da débil infraestrutura de saúde e urbanização.

É preciso considerar que o município de Vitória da Conquista não conseguirá transbordar o seu desenvolvimento sem que haja a efetivação de políticas de investimento. Embora apresente os melhores indicadores no Território estudado, o município também tem um desenvolvimento relativamente frágil, considerando que mostra índices abaixo da média do Estado da Bahia, além de fortes traços de desigualdades.

Políticas públicas que fortaleçam a agricultura podem resultar na alavancagem e dinamização das economias dos municípios com pior desempenho, considerando que parte significativa da população habita na zona rural. O primeiro passo seria a avaliação das vocações econômicas de cada município, com investimentos para as potencias cadeias produtivas, além do estímulo à cooperação e associativismo. Outros fatores importantes são o acesso a crédito e financiamento, além da qualificação e assistência técnica para o manejo correto, plantio e comercialização.

Além disso, é fundamental incrementar a oferta de serviços básicos com políticas de saneamento, habitação, educação e saúde em zonas urbanas e rurais, como forma de garantir as condições básicas para atendimento e fixação da população nos municípios evitando a migração para o principal centro-urbano e outras localidades. O alcance de uma boa infraestrutura e população qualificada poderá possibilitar a vinda de unidades industriais que acabam por fortalecer a economia local mediante a geração de emprego e renda e ampliação do mercado consumidor.

O estímulo a políticas de consorciamento pode ser uma alternativa para o desenvolvimento por meio da otimização dos recursos locais, financiamento conjunto e inclusão em programas do governo federal. Os consórcios municipais possibilitam a melhoria em infraestrutura, a exemplo da construção e manutenção de malha rodoviária, hospitais e unidades de ensino, e

cooperação e associação para produção e comercialização, além da instalação de indústrias. Além disso, reforça a governança e o sentido de pertencimento ao estreitar os laços de cooperação e benefícios mútuos.

Referências

- ALCOFORADO, F. A. G. *Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia*. 2003. 389 f. Tese (Doutorado) – Universidad de Barcelona, Barcelona, Espanha. 2003.
- AMARAL FILHO, J.; CARRILLO, J. (Coord.). *Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a Região Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia (México)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. IBGE. *Censo demográfico 2010*. Brasília: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/srmpibmunicipios.pdf>>. Acesso em: ago. 2014.
- _____. *Portal da transparência*. Repasse de recursos – Bahia, 2010b. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaCidades.asp?Exercicio=2013&SelecaoUF=1&SiglaUF=BA&Pagina=1>>. Acesso em: jun. 2015.
- CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Desigualdades regionais do desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul: uma proposta de análise multidimensional a partir de três microrregiões. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 30, Número Especial, p. 615-654, out. 2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/265>>. Acesso em: ago. 2014.
- FERREIRA, D. F. *Análise multivariada*. Lavras: Ufla/DEX, 1996. 400 p. (Apostila).
- FIGUEIREDO, A. K. S. *Desenvolvimento, polarização e desigualdades: uma análise multidimensional do Território do Sudoeste Baiano*. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2016.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. da Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 160-185, jun. 2010.
- HAIR JUNIOR, J. F. et al. *Análise multivariada de dados*. Trad. Adonai Schlup Sant’Anna e Anselmo Chaves Neto. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HIRSCHMAN, A. *Estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1962.
- MARSHALL, A. *Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, [1890] 1982.
- MATA, H. T. C. et al. *Padrão e determinantes do desenvolvimento econômico e social dos municípios do Estado da Bahia: a dicotomia rural-urbano*. CONGRESSO DA SOBER, Cuiabá, 2004.

- MELO, C. O.; PARRÉ, J. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 45, n. 2, p. 329-365, 2007.
- MINGOTI, S. A. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- PERROUX, F. *A economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.
- _____. *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Trad. Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POLÈSE, M.; RUBIERA, F. M. *Economía urbana y regional: introducción a la geografía económica*. Madrid: Biblioteca Civitas de Economía y Empresa. 2009. 307 p. (Colección Economía).
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, 2010*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/>. Acesso em: nov. 2014.
- REZENDE, M. L.; FERNANDES, L. P. D.; SILVA, A. M. R. Utilização da análise fatorial para determinar o potencial de crescimento econômico em uma região do Sudeste do Brasil. *Revista Economia e Desenvolvimento*, n. 19, 2007. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos /artigo/5artigomarcelo.pdf>>. Acesso em: ago. 2014.
- ROSADO, P. L.; ROSSATO, M. V.; LIMA, J. E. Análise do desenvolvimento socioeconômico das microrregiões de Minas Gerais. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 40, n. 2, p. 297-310, 2009.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOBEL, T. F.; MUNIZ, A. L. P.; COSTA, E. F. Divisão regional do desenvolvimento humano em Pernambuco: uma aplicação de análise de cluster. SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, TERRITORIAL E REGIONAL, 1., 2010. Recife. *Anais...* Pernambuco: Ufpe, 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rtee/article/view/4272/2764>>. Acesso em: fev. 2015.
- SOUZA, N. J. *Desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA– (SEI). *Estatísticas dos municípios baianos*, Salvador: SEI, vol. 4, n. 1, p. 1-454, 2013.
- _____. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador: SEI, 2014. p. 1-696. Vol. 27.
- _____. *Perfil dos territórios de identidade*. Salvador: SEI, 2015a. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 1).
- _____. *Dados estatísticos*. Salvador: SEI, 2015b.

UDERMAN, S. *Padrões de organização industrial e políticas de desenvolvimento regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia*. 2006. 221 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ZAMBRANO, C. E.; PINTO, W. J. *Avaliação do desenvolvimento municipal do Estado de Mato Grosso aplicando análise multivariada*. CONGRESSO DA SOBER. SOBER, Cuiabá, 2004. p. 1-20.

WAQUIL, P. et al. *Para medir o desenvolvimento territorial rural: validação de uma proposta metodológica*. CONGRESSO DA SOBER, 45., Londrina, 2007.